

FLUXO DE CONSCIÊNCIA E O CONHECER: UM DIÁLOGO ENTRE A TEORIA PROJETIVA E O VÍNCULO K EM BION

Edson Detregiacchi¹

Resumo

Ao delinear o conceito de domínio estendido da consciência, no campo da teoria projetiva, e propor o modelo de fluxo de consciência, Pereira Jr (2018) apresenta o ensejo de diálogo com outras linhas de estudo sobre a consciência, incluindo a psicanálise. Investiga-se, neste trabalho, as bases e teorias do psicanalista Wilfred Bion sobre o conhecer, seus alicerces na refutação dos cânones da indução lógica, e as características desse fenômeno como relação e experiência emocional de um sujeito vivo. São revisados os derivados epistemológicos sobre essa teorização, envolvendo as variações e flutuações de nível de abstratividade das formulações, necessárias para aproximação da realidade. Em seguida, é feita revisão sobre o conceito de domínio estendido da consciência, suas bases teóricas e epistemológicas na teoria projetiva da consciência, e o modelo de fluxo de consciência proposto para observar a variação do grau de autoconsciência. Durante esta revisão, é buscado diálogo com a investigação de teoria psicanalítica apresentada, reiterando e enriquecendo as bases para o modelo de fluxo de consciência.

Palavras Chaves: Projeção, Consciência, Fluxo, Conhecer, Psicanálise.

1 Introdução

Pereira Jr (2018), em seu trabalho sobre a teoria projetiva da consciência, propõe o conceito de ECD, ou domínio estendido da consciência, compreendendo o espaço fenomênico entre os sentidos de self e de mundo que tem o sujeito em seu centro. O senso de mundo ocorre na projeção perceptiva, no mundo real, dos objetos apreendidos pelos sentidos, e o de self pela projeção interoceptiva da imagem que o sujeito faz de si. Traça o modelo de fluxo de consciência, entre atividades conceituais e não-conceituais, como compreensão do processo de desenvolvimento de autoconsciência, porém apresenta o dilema cognitivista entre o sentir e o pensamento de elevada ordem como contraponto presente.

Sandler (2006) circunscreve a epistemologia como o estudo do conhecimento e de teorias que o validam, bem como de seus obstáculos, cumprindo papel de prover ferramentas para a ciência submeter suas teorias e métodos a escrutínio crítico. A necessidade do saber, afirmada por Aristóteles e Kant, direciona esforços da humanidade no sentido de tentar

¹ Médico psiquiatra na Faculdade de Medicina de Marília, mestrando em filosofia pela Universidade Estadual Paulista, Marília, SP - Brasil.

apreender a realidade em-si; seus resultados, porém, não dispensam tal escrutínio. Wilfred Bion destaca-se, na psicanálise, por seu amplo estudo sobre os instintos epistemofílicos do humano, bem como na investigação de um sistema epistemológico ao qual se possam submetê-los.

Bion (1962, 1963a, 1963b, 1979) explora o conhecer como relação entre um sujeito e um objeto, que não só possibilita formulações sobre o segundo, como altera a relação do primeiro consigo e com o mundo. Embora o processo de abstração lhe seja intrínseco, por ser uma relação, envolve necessariamente vivências subjetivas e experiências emocionais. Investiga o processo de indução lógica, partindo da refutação de Bradley a seus cânones, a partir da interrogação contínua sobre a verificabilidade de hipóteses levantadas. Propõe que a experiência do conhecer induz inquietações, cuja necessidade de respostas leva à formulação de hipóteses generalizantes. Demonstra ampla variação de abstratividade no conteúdo acessado conscientemente, bem como sua dependência intrínseca de fenômenos emocionais, e a importância epistemológica em suas flutuações.

Pereira Jr (2018) adota o monismo reflexivo de Velmans e a perspectiva de ponto de vista de Nagel, que delineiam sua base epistemológica, expandindo o conceito do ‘sentir’ como experiência da sensorialidade e das emoções. Nesse trabalho, o autor convida diálogos com diversas áreas do conhecimento sobre a teoria reflexiva, incluindo a psicanálise. Por encontrar aproximação relevante do modelo de fluxo de consciência com o processo do conhecer investigado por Bion, opta-se, no presente trabalho, pela elaboração deste diálogo.

2. O Conhecer

Bion (1962) delinea o conhecer (K) como um vínculo entre sujeito (x) e objeto (y) - este último podendo ser inanimado, vivo, ou até mesmo o próprio sujeito tomado, por si, como objeto. Sendo uma relação, haveria equívoco em supor um senso de finalidade, qual seja, que o sujeito possui um fragmento de conhecimento do objeto. Ao invés disso, o autor descreve esta relação como um estado do sujeito de vir a conhecer o objeto, e deste, de vir a ser conhecido pelo sujeito.

Existindo um vínculo genuíno do tipo ‘x K y’, deve haver, então, um compromisso com a verdade. Defendem-se crenças de que um compromisso tal pode ser atingido por uma perspectiva científica, cujas técnicas empregadas demonstram sucesso, principalmente, se ‘y’ é um objeto inanimado, e se ‘x’ pode se fazer aproximar ao inanimado, como no uso de uma máquina. Nesse caso, o valor da verdade parece ser inerente a um dado estatístico, ou mesmo a

um registro verbal que aparente distanciar-se do julgamento humano. No objeto vivo, porém, a situação é outra. Conforme aponta Pereira Jr (2018), na filosofia contemporânea, a realidade apresentacional da experiência vivida vem sendo amplamente referida como mundo da vida, à medida em que o conceito cartesiano de substância pensante cede lugar a conceitos experienciais.

Bion (1962) observa que a investigação de ‘y’ relacionada à sua capacidade de contato com a realidade depende, necessariamente, de ‘x’ ser também um sujeito vivo, característica a qual lhe imputa, simultaneamente, todas as fragilidades envolvidas numa empreitada de tomar como objetivo o que é subjetivo. Diante disso, a questão sobre ‘como pode um sujeito conhecer qualquer coisa’ deve envolver uma inquietação, uma experiência emocional correspondente a uma frustração.

Frente à frustração, dependendo da capacidade da personalidade do sujeito em tolerá-la, podem ser tomados dois tipos de escolhas intencionadas à remoção da dor: evasão da frustração, ou modificação da realidade frustrante. A modificação pode partir do uso da relação ‘x K y’ no sentido de conduzir a outra situação, na qual ‘x’ possui um fragmento de conhecimento denominado ‘y’. A evasão, por sua vez, pode ser atingida pela substituição do sentido da relação ‘x K y’ pela crença de que ‘x possui um fragmento de conhecimento denominado y’ - repudiada anteriormente pelo autor. Desta forma, subtraem-se as inquietações contidas na experiência emocional originalmente representada, trocando-a pela suposição de uma outra experiência, indolor: ocorre, neste processo, uma negação da realidade ao invés de se tentar afirmá-la.

Nessa sorte de manobra, o grau de abstração do conhecimento - ou do enunciado que se pretende fingir como um - cede relevância ao uso que é feito do mesmo, que se pode chamar de resistência. Embora não haja uma fuga como ação motora, há uma transformação da adoção dos valores de verdade ou falsidade, que passam a se confundir aos de prazer ou dor, caracterizando a evasão como dinâmica do pensar. Encontram-se, nessa categoria, afirmações que cumprem a função de aliviar a ansiedade diante de algo que, por trás dela, pode ser desconhecido e ameaçador. Pode ser defendida uma hipótese sabidamente falsa, agindo como barreira contra a ansiedade antecipatória de qualquer outra ideia que possa vir a tomar-lhe o lugar.

Em ‘Cogitações’, publicação *post mortem* de um conjunto de notas produzidas ao longo de sua vida e estudos, Bion (1979) investiga o processo de indução, apontando que o sucesso de uma ciência depende mais de sua validação como técnica de descoberta do que apenas do

conhecimento por ela gerado. Este último é sempre alvo de substituição, cuja ação de trazer novos achados torna-se critério para julgamento da vitalidade daquela.

O autor pontua que uma generalização é induzida por um conjunto de instâncias, porém sua conclusão parece não se passar de uma mera hipótese, mesmo que possa ser usada como premissa para um conjunto de deduções. Elas próprias se derivam de outras hipóteses: em ‘todo homem é mortal’, por exemplo, o termo ‘homem’ já é uma hipótese ou generalização. A combinação dos termos em uma sentença tal, então, tem também característica hipotética.

Uma característica fundamental de uma generalização é poder ser utilizada na dedução de particularizações: Se ‘Todo homem é mortal’ e ‘Sócrates é homem’, então ‘Sócrates é mortal’. Considerar que a primeira premissa seja resultado de uma indução, porém, implica na crença de que ela foi obtida por observações do tipo ‘muitos homens morreram’. Aponta não ser razoável assumir que se tenha observado ‘muitos homens morrerem’ antes de se começar a suspeitar que ‘homens morrem’, até que a suspeita comece a se concretizar em convicção e, em um dado momento, a generalização surja.

Propõe outra teoria: o contato com a realidade induz questões, e o processo de indução origina questões. A hipótese, por sua vez, é inspirada pela necessidade de lidar com uma questão, e não necessariamente de respondê-la. Pode existir o caso em que a hipótese responda a questão, porém apenas em uma instância em que tal resposta seja eficaz para lidar com a mesma. A significância social de uma questão é variável, podendo ser puramente privada, como em instâncias em que a senso impressão constitui conhecimento privado. Exemplifica com o caso de um sujeito em temor de que tenha sido responsável pela morte de outra pessoa: poderia lidar com suas dúvidas e questões com uma hipótese tal qual ‘Todo homem é mortal’, e com a dedução que se segue de que aquela pessoa morreu devido à sua mortalidade e não em decorrência de alguma ação do sujeito que tenta lidar com seu sentimento de culpa. Um processo indutivo de maior significância social, por outro lado, por ser objeto de comunicação pública, deve apresentar um componente de verificabilidade, em que diferentes sujeitos submetem a hipótese ao teste de conseguir lidar com as questões induzidas.

Qualquer contato com a realidade, desta forma, conduz não a um conjunto de fatos que poderiam ser considerados como material adequado para observação empírica e testagem, mas à indução de uma série de questões, ou até a uma amálgama destas, dos mais diversos tipos, como ‘o quê’, ‘porquê’, ‘como’ e ‘onde’. Um enunciado como ‘Todo homem é mortal’ pode

ser visto, portanto, como uma resposta a uma questão privada, e o problema filosófico migraria de como uma premissa se deu, para qual a questão com a qual uma hipótese foi usada para lidar.

Sandler (2006) detalha as influências de diversos autores da filosofia em conceitos trazidos por Bion à psicanálise, algumas delas citadas diretamente em sua obra, outras descobertas em uma análise minuciosa de sua biblioteca pessoal e anotações em seus livros. Dentro do campo da lógica, é apontada a influência de Francis Bradley, por meio de seu livro ‘Introdução à Lógica’, nas considerações feitas por Bion sobre as implicações do uso da indução.

3. Indução Lógica

Em sua ‘Introdução à Lógica’, Bradley (1883) dedica um capítulo específico para a questão sobre os métodos de provas indutivas. Inicia apontando a impossibilidade de inferências do particular a um novo particular. Sendo necessárias verdades universais que viabilizem inferências, portanto, levanta-se a questão sobre como obtê-las. Explicita, assim, seu objetivo em estudar os métodos de indução lógica.

Faz a ressalva de que não pretende inquirir a eficácia das ciências empíricas, afirmada por suas próprias conquistas. Outrossim, afirma que a demonstração perfeitamente exata, em passos teoricamente acurados, partindo de um conjunto de percepções particulares dos sentidos para verdades universais, é logicamente inviável.

Supondo uma contagem, em que os indivíduos de uma classe são todos checados quanto à expressão de uma determinada característica, existe um processo que conclui que, se cada indivíduo manifesta a característica em questão, então qualquer indivíduo de tal classe a manifesta. Porém, este processo depende fundamentalmente de uma segunda premissa, a de que a classe não possui nenhum outro indivíduo além daqueles que foram contados. Ademais, o autor aponta que uma contagem tal não poderia ser classificada como indução, por não passar de uma análise discriminativa que verifica coincidência entre uma característica e o pertencimento a uma classe finita, o que não comprova relação de implicação.

Apesar dessas considerações sobre a enumeração completa, dificilmente aplica-se o caso de uma verificação finita e acessível de indivíduos. Desta forma, Bradley (1883) se propõe a analisar os ditos cânones da indução, formulados como exibição de acurácia rigorosa, a qual, para este autor, tem natureza meramente ilusória.

Bradley (1883) traz citações de outro autor da lógica, Mill, destacando a pretensão de que indução lógica tivesse regras tão acuradas como as dos silogismos, e de que esta não seja um mero método de investigação, mas de prova. Descreve então os métodos: (1) Se duas ou mais instâncias de um fenômeno possuem uma única circunstância comum, esta é causa ou efeito daquele; (2) se uma instância do fenômeno e outra em que este não ocorre têm todas as circunstâncias em comum, exceto uma, esta é sua causa ou efeito; (3) Se 1 e 2 ocorrem, a circunstância é causa ou efeito; (4) subtraídas as circunstâncias que sabidamente causam partes de um fenômeno, o resíduo do fenômeno é efeito das circunstâncias restantes; e (5) se a variação de um fenômeno coincide com a variação de uma circunstância, há causalidade ou conexão com outro fato causal.

Bradley (1883) se propõe a construir três críticas independentes aos cânones. Alega que não são métodos indutivos ou de generalização, pois não dependem exclusivamente de fatos particulares e pressupõem verdades universais. Afirma que sua essência é outra que não de natureza indutiva, e que nenhum deles configura teste de prova.

Uma indução, para que se considere como tal, necessita partir de uma base que consista primariamente em fatos dados. O método 4, supracitado, depende declaradamente de generalizações previamente obtidas, de cuja diferença em relação ao fenômeno tomado se suporia uma nova generalização. Algo semelhante perpassa os demais métodos; onde não há uma generalização declarada como ponto de partida, o material tomado como base já passou por alguma operação abstrativa para satisfazer a condição de ‘caso’ ou ‘instância’.

No momento em que se reduz um fato particular a um conjunto definido de elementos, como delimitar uma instância com determinadas circunstâncias, ocorre uma operação abstrativa de generalização, de forma que o objeto tomado pelo método já não é mais um fato. Delineia-se, nesta primeira crítica, o seguinte dilema: se os métodos pressupõem verdades universais, deve haver outros meios de prová-las; porém, se eles são os únicos meios de prova, então verdades universais não podem ser provadas.

A segunda crítica confronta a natureza do processo contido nos métodos, no sentido de que sua essência não seja indutiva, e de forma tal que suas conclusões não atinjam maior generalização que suas premissas. Diferentemente disso, observa-se característica de subtração: uma relação entre certas totalidades é fixada, e, pela remoção de parcialidades, se estabelece relação entre os elementos restantes. Seu resultado, portanto, não é mais abstrato que os dados tomados, e os cinco métodos são redutíveis a um mesmo processo comum.

Por fim, como testes de prova ou verificação, os métodos provam-se viciosos, vez que suas conclusões partem de suposições ilegítimas. Um método que atinge uma conclusão falsa diante de premissas verdadeiras prova sua viciosidade lógica. Os métodos declaram que o que houver de diferenças em diferentes casos pode ser eliminado, afirmando relação de causalidade entre o restante. Para tornarem-se verdadeiros, deveriam condicionar sua conclusão àquele contexto específico, o que, contudo, eliminaria qualquer poder de generalização. Ademais, ignoram que a coincidência de elementos possa ser mera acidentalidade, precipitando-se em concluir condicionamento causal.

Diante dessas críticas, Bradley (1883) conclui que os métodos de indução lógica não são razoáveis. Ainda que possam ser utilizados pelas ciências empíricas como meios de descoberta, cuja validade dependerá de testagem e reprodutibilidade, não podem ser considerados algoritmos para verificação lógica de generalizações. Por conseguinte, tampouco generalizações podem ser logicamente comprovadas com tais métodos.

Bion (1979), logo no início de sua nota sobre ‘indução’, já delineia conceder prioridade à capacidade técnica de descoberta de um sistema científico, em relação ao mero conhecimento visto isoladamente. Destaca, assim, sua capacidade de evolução e substituição de conhecimentos prévios por novos. Faz-se congruente à proposta de Bradley (1883), que, partindo de um sistema de investigação lógica, põe sob escrutínio verificações sobre os métodos de indução lógica que lhe eram contemporâneos.

Ao tomar a relação entre indução e generalização, Bion (1979) atribui valor hipotético à segunda, e destaca que derivam não de fatos em-si, mas sim de outras generalizações e hipóteses prévias. Há acordo notório com a primeira e terceira críticas de Bradley (1883). De acordo com a última, uma generalização resultante de indução não é passível de prova lógica, permanecendo como mera hipótese. Já a primeira demonstra que as bases de uma indução são também generalizações, as quais, pela terceira crítica, mantêm-se hipotéticas.

Bion (1979) aponta outra problematização, que não se firma em bases de verificação lógica, tendo, contudo, natureza epistemológica e relevância à investigação do fenômeno do pensar associado ao termo ‘indução’. Afirmar ser pouco razoável a hipótese de que repetidas experiências com a realidade levem imediatamente a conclusões generalizantes; por outro lado, é esperado que causem incômodos e dúvidas no sujeito que as vivencia, despertando necessidade de lidar com estas. Propõe, então, inspirada nessa necessidade, uma hipótese

substitutiva: o contato com a realidade induz questões, e a natureza do processo indutivo é levantar questões.

Esta nova hipótese altera a sequência de raciocínio esperada. A indução lógica afirma que experiências particulares levam a generalizações, e generalizações podem ser deduzidas em novas particularizações. Pela teoria de Bion, experiências com a realidade induzem questões ou incômodos; a necessidade de alívio, por sua vez, inspira hipóteses gerais cujas deduções possam lidar com estas, seja os respondendo ou até mesmo negando.

Na Grade de Bion, instrumento utilizado para se verificar enunciados disparados em uma sessão psicanalítica, o eixo horizontal possibilita categorizar o uso que é feito desse enunciado por seu sujeito, podendo ser desde uma ação, em que se objetiva causar impacto no interlocutor, até uma tentativa de investigar o próprio enunciado. Na coluna dois, encontra-se uma categoria de resistência, em que um enunciado pode ser usado, mesmo que sabidamente falso para o sujeito, para ocultar outro conteúdo ligado a emoções incômodas. As cogitações contidas nesta nota sobre Indução de Bion dialogam com esta sorte de uso. Além da resistência, outras categorias de uso podem ocorrer: na ação, uma inquietação pode ser evacuada por não ser tolerada, ou o sujeito pode decidir agir de forma a transformar a realidade frustrante; na investigação - categoria relacionada à atenção - o sujeito porta-se no sentido de usar o enunciado como meio de investigar mais profundamente uma realidade (DETREGIACHI, 2018).

É evidente que a proposta de Bion (1979) expande o escopo específico da lógica, vez que incorpora especificidades do pensamento humano e influência de suas emoções. Contudo, enseja diálogo com a segunda crítica de Bradley (1883), indicando possível influência desta àquela. Esta crítica consiste na verificação da natureza do processo contido nos métodos indutivos, que não se mostra indutiva, mas sim subtrativa ou de resíduos.

Em todos os métodos, observa-se que a conclusão geral parte da subtração das diferenças entre as instâncias comparadas em suas totalidades. Este processo implica em, por um lado, manter as relações pré-estabelecidas de hipóteses generalizantes com as circunstâncias subtraídas, e, por outro, permite alegar uma nova hipótese geral que alivia a inquietação da dúvida induzida pela conjunção dos elementos restantes. Conforme demonstrado por Bradley (1883), o processo delineado nos métodos aliena-se de qualquer natureza indutiva; a teoria de Bion, embora dependa de processos não exclusivamente lógicos, recupera a natureza indutiva ao reintroduzir a emersão de questões na mediação do processo.

Bradley (1883) traz uma dúvida para a qual não consegue afirmar uma resposta. Se os autores da indução lógica defendem métodos que se provam falsos em, pelo menos, três observações diferentes derivadas da verificação lógica, o que então ocorre, eles não conseguem compreender tais raciocínios ou eles compreendem e mesmo assim defendem uma teoria sabidamente falsa?

Bradley (1883) recupera os cinco métodos de indução lógica, demonstra adotarem um mesmo processo de subtração e resíduo, e os dirige três críticas: (1) partem de abstrações, (2) têm natureza não indutiva e (3) não configuram prova. Finaliza demonstrando não haver possibilidade de provar, logicamente, métodos tais, trazendo implícita a ideia de impossibilidade de justificação formal de processos indutivos. Bion (1979), por sua vez, demonstra partir do autor anterior ao salientar que induções partem já de abstrações e que suas conclusões são hipotéticas. Propõe uma outra compreensão da indução ao considerar fenômenos emocionais nela envolvidos, observando que a natureza indutiva aponta para a emergência de questões, e não generalizações imediatas, o que dialoga com a segunda crítica.

Bradley (1883) não consegue estabelecer uma verificação lógica para a indução, ainda que admita não poder falsear induções descobertas pelos métodos das ciências empíricas. Há uma inquietação presente nesta observação, a de que humanos vivem conjuntos de experiências com a realidade e formulam generalizações, mesmo que não saibam como ocorre a relação entre as mesmas. Ainda que não seja possível provar logicamente a indução, a teoria proposta por Bion (1979) oferece uma resposta que pode lidar, mesmo que parcial e temporariamente, com ambas as inquietações: a incoerência dos autores da indução lógica e a dúvida sobre o processo de indução. Entretanto, talvez somente tenha conseguido emergir após as inquietações de Bradley (1883) terem sido toleradas por quase um século.

Partindo de ‘Aprendendo com a Experiência’, pôde-se caracterizar a relação ‘x K y’, na qual há uma disposição de ‘x’ a vir a conhecer ‘y’, e de ‘y’ a vir a ser conhecido por ‘x’. Tal relação configura uma experiência emocional de inquietação, especialmente se as qualidades vivas de ‘x’ e ‘y’ são essenciais ao processo. O alívio dessa inquietação pode servir de indício para algum grau de confusão entre os valores de verdade e de prazer, em extremos de evasão - onde a resistência ocupa papel de negar e distorcer a experiência emocional original - e de modificação da realidade, na qual a relação ‘x K y’ pode ser usada para se atingir domínio sobre algum fragmento de conhecimento sobre ‘y’.

Em ambos os casos, há algum distanciamento do princípio de realidade, ainda que isso seja muito mais evidente no primeiro. Um certo grau de tolerabilidade a frustrações deve ser necessário para que o sujeito não se perca na fantasia onipotente de que detém algum conhecimento final e absoluto sobre seu objeto; como Bion (1979) destaca, todo conhecimento deve ser passível de substituição, o fundamental deve ser sua técnica de descoberta.

Assim como no caso em que o objeto da investigação é o próprio conhecer, em que surge a questão ‘como pode um sujeito conhecer qualquer coisa’, todo contato com a realidade, vivido na forma de uma experiência emocional, gera questões. Considerando as observações até aqui expostas, uma investigação que se preocupa em encontrar formulações verdadeiras sobre o ‘conhecer’ deve se deparar, então, com algumas questões: Na relação ‘x K y’, quais os processos envolvidos em seu uso para atingir formulações em compromisso com valor de verdade? Qual o papel do grau de abstratividade das representações mentais?

4. Entre Abstração e Particularização

Na atividade ‘K’ que toma o conhecer como objeto, Bion (1962) afirma que o sujeito deve estar consciente de sua experiência emocional e apto a dela abstrair algum enunciado que a represente corretamente. Caso ela venha a representar outras experiências ainda desconhecidas no momento em que foi feita, a abstração gera um senso de confiança, similar ao que se encontra ao amparar alguma crença por um ‘senso comum’². A confiança é associada, então, a uma crença de que a representação é suportada por ‘senso comum’ e que esta representa outras experiências para além daquela a partir da qual foi abstraída, ainda desconhecidas.

A concretização pode ser vista como forma de publicação que facilita correlação por ‘senso comum’. A abstração, em contraste, pode ser vista como um passo no processo de publicação, o qual facilita correlação por comparações com representações abstraídas de outras realizações, diversas daquela a partir da qual originalmente se abstraiu a primeira. Na astronomia, por exemplo, por muito tempo, o único sentido disponível foi a visão, porém a capacidade de se abstrair enunciados da observação experienciada permitiu comparações entre teóricos de diferentes épocas. Nesse sentido, o critério de um enunciado deve ser seu valor em

² De acordo com Sandler (2006), Bion toma o conceito de ‘*common sense*’ de Locke. Diferentemente de ‘*commonplace*’, a expressão anterior aponta para a adoção epistemológica do uso de dois ou mais sentidos na investigação sobre a existência de um objeto na realidade.

facilitar testagem por mais de um senso, ou pelos sentidos de mais de uma pessoa, e o processo de abstração é essencial à relação 'x K y'.

Há estados mentais, observados em pacientes psicóticos ou apresentando traços disfuncionais de personalidade, em que a capacidade de abstração pode encontrar-se disfuncional. A palavra 'cão', por exemplo, não se refere a um animal específico, mas a uma classe; nesses estados, porém, indifere-se representação de coisa, e o paciente a concebe não apenas como um objeto específico, mas necessariamente presente, naquele momento, de alguma forma.

Quanto mais abstratas, as formulações se despojam de seus termos e descrições que a aproximam da experiência emocional que pretendem representar. É algo que ocorre ao representar a relação 'x K y', por exemplo, distanciada da formulação revista acima. A formalização, porém, ao remover o concreto e o particular, clarifica as relações de articulação entre os elementos abstraídos. Movimentos entre abstração e concretização, portanto, são necessários para prevenir distorções de suas representações.

Os termos concretos tendem a trazer uma penumbra de associações prévias ao tentarem descrever uma situação sem precedentes, sendo esta penumbra adquirida na busca de um relacionamento mental com objetos concretos. No desenvolvimento de um indivíduo, esta busca é bem menos exigente do que a tentativa de estabelecer uma relação com uma personalidade - própria ou de outrem. Uma personalidade é apresentada aos sentidos com material que deve ser trabalhado para se atingir uma percepção consciente, anexa ao mesmo³. É difícil crer, como se compreende ordinariamente, que os dados sensoriais possam trazer muito material relevante quando seu objeto é a experiência emocional de uma personalidade. Eles podem contribuir, em estados de medo ou raiva, por exemplo, com informações sobre aceleração cardíaca e outros eventos periféricos a um estado emocional, porém não há dados sensoriais diretamente relacionados com qualidades psíquicas, tal como ocorre com objetos concretos. Nesse sentido, sintomas hipocondríacos podem ser vistos como tentativas de contato com qualidades psíquicas em substituição por sensações físicas.

³ 'Conscious awareness', derivada do conceito de consciência em Freud (1900). Para este, partindo da prática médica com pacientes neuróticos, não apenas a sensoimpressão é distorcida em relação à realidade, mas também a introspecção de fenômenos mentais. Assim, formula o conceito de 'consciência' como o sistema perceptivo anexado a estados mentais, em analogia à sensopercepção. Para Bion (1962) esse sistema de lidar com qualidades mentais - que chama como aparelho de pensar - não é absolutamente inato, mas deve ser desenvolvido.

Adotando o conceito de consciência em Freud (1900), como sistema de percepção de qualidades mentais, ou introspectivas, Bion (1962) propõe que ambos os níveis, consciente e inconsciente, permanecem constantemente em construção dinâmica um do outro, pela formação e articulação dos produtos de experiências emocionais. Diferentemente dos casos de psicose e transtornos de personalidade (apontados acima), em que o indivíduo tem prejudicada a capacidade de discernir representação de coisa, o sujeito não pode fazer uso dessas flutuações como uma sorte de ‘visão binocular’, que dá senso de profundidade às observações introspectivas.

Em ‘Elementos de Psicanálise’, Bion (1963b) exemplifica este fenômeno quando há a percepção de um conjunto de dois ou mais objetos contida implicitamente no uso da preposição ‘em’, como quando um paciente afirma estar ‘em análise’, ou ‘em uma família’, ou até ‘em uma sala’, que chama de uma percepção inconsciente - ‘*unconscious awareness*’. Aponta não ser um erro categorial, estando de acordo com Ryle (1950), que afirma ser uma mente capaz de escrutinar deliberadamente alguns de seus estados e operações por meio de uma percepção não sensorial.

5. Derivados da Experiência Emocional

A forma mais primitiva de elementos derivados de uma experiência emocional é aquela denominada como ‘elementos beta’, abrangendo um conjunto de fenômenos que ainda não podem ser considerados pensamentos (BION, 1963a). Neles se encontram os fenômenos que o sujeito percebe como se fossem coisas-em-si, certas e inquestionáveis, e não como representações de coisas ou hipóteses, sendo predominantes em sujeitos em estados psicóticos (BION, 1962). São a matriz primitiva a partir da qual emergem os pensamentos (BION, 1963b). Faltam-lhes a valência necessária para integração de seus fragmentos, de forma que “[...] tornam-se indistinguíveis objetos animados e inanimados, pensamentos e coisas, sendo vigentes fenômenos de animismo e reificação” (DETREGIACHI, 2018, p. 22).

A categoria de ‘elementos alfa’ é delineada para definir as partículas mentais capazes de se articular na formação de narrativas como o sonho, a imaginação e o pensamento onírico. São resultantes de um trabalho de processamento sobre os elementos beta, senso-impressões, análogo à digestão de alimentos - denominado como função alfa pelo autor - e já podendo ser considerados formas de pensamento. Permitem não só o pensar consciente, mas também a delegação de tarefas aprendidas para a execução inconsciente (BION, 1962, 1963a, 1963b).

Havendo disponibilidade de elementos alfa ao aparelho, o produto das experiências já pode se conformar em uma terceira categoria, de fantasias, mitos e outras narrativas.

Uma pré-concepção define um estado de expectativa, em que o produto de uma experiência assume o formato de premonição de outra experiência a porvir. Assemelha-se ao conceito de pensamento vazio, ou *a priori*, de Kant, tendo a diferença, contudo, de que pode encontrar uma realização positiva ou negativa - isto é, pode-se descobrir como uma expectativa irreal. Um exemplo clássico é o do recém nascido, ao experienciar fome, formando a expectativa de uma mama ou algum outro objeto que o nutra. Na gradação do nível de abstração dos pensamentos, Bion (1962, 1963a, 1963b) aponta a pré-concepção como uma forma do pensamento - ou conteúdo consciente - porém destaca que qualquer outro nível de abstração pode assumir função pré-conceptiva diante do contato com uma experiência emocional. O autor delinea ainda outros níveis de abstração a partir deste, concepção, conceito, sistema dedutivo e cálculo algébrico, não sendo objeto deste trabalho detalhá-los, porém sendo citados para dar a perspectiva da extensão possível de gradação de nível de abstração do conteúdo experienciado.

6 A Epistemologia do Sentir, ou o Contrário?

Pereira Jr (2018), partindo do monismo reflexivo de Velmans e observando a expressão fenomênica da localização dos objetos mentalmente percebidos no próprio espaço objetivo, propõe a teoria projetiva da consciência. Traça o modelo de ECD - domínio estendido da consciência, no qual a percepção dos objetos concretos é projetada exteroceptivamente no espaço externo ao organismo do indivíduo, e o senso de self é projetado interoceptivamente à percepção de fenômenos subjetivos ao sujeito.

De acordo com Velmans (2012), a teoria projetiva de consciência tem uma característica reflexiva, uma vez que o humano é parte do universo o qual tenta conhecer; ainda assim, não discorda da posição kantiana de que o conhecimento humano é constricto pelos modos de operação de seus sistemas perceptivos e cognitivos. Desta forma, argumenta contra uma incognoscibilidade absoluta do que existe em-si, porém admitindo que o conhecimento é parcial e espécie-específico. Nesse sentido, podemos observar que, no modelo de ECD, existe não só uma representação exteroceptiva do mundo, mas também uma introspectiva do próprio self; em ambas, o conhecimento da realidade é possível, porém parcial.

Nagel (2002) explora a característica de perspectiva da experiência consciente, demonstrando existir um ponto de vista em cada experiência, em primeira ou terceira pessoa. A primeira denomina o espaço fenomênico vivenciado pelo sujeito que o experiência, em sua subjetividade, enquanto que a segunda tenta se aproximar de alguma objetividade sobre a realidade à qual se refere. Sobre este último ponto de vista, porém, o autor faz uma consideração importante: caracteriza a objetividade como uma direção adotada no movimento de compreensão da realidade, salientando que não seja confundida com um suposto acesso à natureza intrínseca da mesma.

Pereira Jr (2018) faz uma discussão com ambos autores, relacionando o que seria um ponto de vista de ‘lugar nenhum’ de Nagel (2002), característico de uma perspectiva de objetividade em terceira pessoa, com a perspectiva científica para Velmans, um tipo especial de acordo intersubjetivo; neste, a constrição metodológica e a testagem experimental de hipóteses permitem a aproximação do conhecimento a alguma característica de objetividade. Nessa investigação sobre as perspectivas adotadas pela consciência humana, podem-se observar três fatores que participam, de forma determinante, do conhecimento dito objetivo: a constrição metodológica aponta para a necessidade da forma, portanto se faz necessário atingir um nível de abstração que permita o uso de generalizações; a testagem experimental de hipóteses indica a participação de um movimento contrário, de concretização, colocando abstrações sempre à prova da experiência real; o acordo intersubjetivo sugere participação coletiva, na qual deve haver um compartilhamento público do conhecimento em todas as suas formas, do particular ao geral. Desta forma, observa-se que o ponto de vista objetivo não é alcançado espontaneamente, mas sim construído.

Bion (1979) toma uma posição muito semelhante à investigação descrita acima, ao afirmar o valor de uma ciência sobre o sucesso de seus meios de testagem e validação, e não meramente pelo volume de conhecimento gerado. Compreende as instâncias de um fenômeno como experiências vivenciadas por um sujeito, e que, como tais, geram sentimentos e inquietações. Parte de Freud (1911), que investiga os princípios básicos e funcionamento da mente humana: num momento ontogenético mais arcaico, os sentimentos de prazer e desprazer guiam a sobrevivência do indivíduo, que pode buscar se aproximar ou afastar de determinados estímulos com base naqueles - como na busca de alimentação diante da fome ou na fuga de um predador ao sentir medo; à medida em que se desenvolve, porém, o humano percebe que nem toda situação de desprazer (ou ameaça) possui alívio imediato, ocasião que cede maior

importância ao princípio de realidade: o sujeito deve saber julgar o que é real ou falso, para que então descubra modos de transformar a realidade que lhe é frustrante. Para Bion (1962, 1979), ambos os princípios coexistem e se entrelaçam, e a inquietação se faz própria à experiência humana, seja em situações frustrantes de desprazer ou de sensação de falsidade.

Bradley (1883) derruba os cânones da indução lógica, demonstrando não passarem de técnicas de subtração sobre dados já abstratos, embora destaca não ser descartável o sucesso das ciências empíricas em produzir conhecimentos. Bion (1962, 1979), por sua vez, demonstra que o conjunto de instâncias de um fenômeno experienciado induz inquietações, questões cuja necessidade de uma resposta conduz à formulação de hipóteses gerais. Se tais instâncias são lidadas de forma particular, a significação das questões implícitas será mais própria aos fatores subjetivos do indivíduo que as detém; o seu compartilhamento social, por outro lado, leva a algum nivelamento das questões implícitas, delineando um componente de verificabilidade de valor social das hipóteses gerais que se formulam publicamente. Diante de uma experiência emocional - assim Bion denomina a experiência fenomênica vivenciada - o sujeito pode adotar diversos usos de seus produtos representacionais, guiado pelo entrelace entre princípios de prazer e de realidade, e por seu nível de tolerabilidade a frustrações, como evasão ou modificação da realidade frustrante, resistência, ou investigação. O valor social de uma hipótese também pode transitar nas variações de uso possíveis, porém há, nas investigações de Pereira Jr e de Bion, alguma esperança de que a tendência predominante adote valor de realidade, ou epistemofílico.

Pereira Jr (2018) explora o conceito ampliado do ‘sentir’⁴, como sinônimo da experiência de *qualia*; o conjunto de sensações e sentimentos vividos, portanto, autóctones ao sujeito que os experiencia, pertence ao campo do ‘sentir’. Aponta este fenômeno como componente essencial e necessário da experiência consciente, sem o qual sobra apenas processamento mental inconsciente. A partir do ‘sentir’, porém, a valência atribuída às qualidades dos estímulos passa a influenciar a resposta comportamental. Destaca-se a coerência entre os conceitos do ‘sentir’ em Pereira Jr e da experiência emocional em Bion, que apontam para a impossibilidade de qualquer representação mental - mais concreta ou mais abstrata - ser independente de um conteúdo emocional associado: valores de prazer ou desprazer, real ou

⁴ ‘Feeling’ - optamos pela notação ‘sentir’, vez que, no inglês, o termo significa ‘sentimento’ e ‘sensação’ simultaneamente.

falso, coerente ou incoerente, entre outros, são sentidos emocionalmente, e influenciam não só o comportamento motor, mas também as formulações cognitivas derivadas. Tomando especificamente a relação 'x K y', própria a qualquer processo epistemofílico, existe uma inquietação que deve ser tolerada: neste tipo de vínculo, há uma disposição do sujeito em vir a conhecer o objeto, e do objeto em vir a ser conhecido pelo sujeito, porém não existe uma finitude onde a investigação se esgote; dependendo da capacidade de tolerar frustrações - que inclui essa sorte de inquietação - alguma parcela de conhecimento que se aproxime à realidade pode, ou não, ser atingido. Observa-se aqui que o 'sentir' é intimamente necessário não apenas à experiência consciente, mas também a qualquer processo dito cognitivo.

7. Fluxo de Consciência e o Conhecer

O modelo da teoria projetiva da consciência parte de duas abordagens fundamentais, o 'ponto de vista' de Nagel (2002) e a projeção de Velmans. Nagel (2002), em seu clássico trabalho sobre 'Como é ser um morcego', explora a relação intrínseca entre as características do sujeito e a experiência fenomênica que este vivencia. Faz uma comparação lúdica com as características de um morcego, cuja apreensão sensorial é muito distinta daquela comum aos humanos; a experiência acústica do primeiro, por exemplo, é vivenciada num espaço tridimensional, enquanto que, nos últimos, isso não é esperado. Desta forma, o ponto de vista é derivado das experiências naturais e das características do sujeito que experiencia.

Velmans (2012) investiga os fenômenos projetivos ocorridos numa sorte de fronteira, que chama por psicofísica. A sensação consciente dos objetos no mundo físico é percebida em relação a este mesmo espaço físico, e não como representações dele apartadas. Considerando que a experiência fenomênica é própria e autóctone ao sujeito, o autor entende que ocorre algum tipo de projeção das representações mentais no espaço experienciado pelo sujeito. Ao tomar como objeto o próprio ser humano, capaz de experienciar, o autor observa a diferença de pontos de vista: o sujeito consciente vive uma experiência subjetiva em seu campo fenomênico, como uma mulher que observa um objeto luminoso - com todos os impactos e impressões que aquele estímulo possam lhe desencadear - e projeta a experiência vivida no espaço que contém o objeto; um observador externo, por sua vez, mesmo que consiga acessar todos os dados informacionais processados pelo sistema nervoso do primeiro sujeito, terá uma visão em terceira pessoa, diferente da experiência subjetiva do primeiro. Desta forma, o autor reconhece

a irredutibilidade da experiência subjetiva, sem que tenha que abrir mão de uma compreensão monista da realidade: o que se diferem são os pontos de vista.

Pereira Jr (2018) observa então que não apenas os objetos concretos são projetados perceptivamente no espaço exterior, mas também as qualidades do próprio sujeito que percebe são projetadas num espaço fenomênico interior ao sujeito. Delineiam-se assim um senso de mundo, exteroceptivo, e um senso de self, interoceptivo. Em conjunto, delimitam o que o autor propõe como um domínio estendido da consciência - ECD - estando, no meio do caminho entre tais sentidos projetivos opostos, o próprio sujeito. Pontua que, apesar de conter representações, o ECD não configura domínio virtual, mas sim apresentacional, se estendendo ao domínio de interação com o mundo.

Pereira Jr (2018) questiona se o processo projetivo é baseado em operações cognitivas ou não-cognitivas, tomando o modelo que divide, como processos distintos, o sentir, o agir e o conhecer. Partindo da última hipótese, afirma o senso de self como uma invariante dinâmica no domínio do sentir; sendo o self entidade que sente, a invariância pode ser projetada na experiência fenomênica como a entidade incorporada que constitui o sujeito das experiências. O senso de mundo, por sua vez, seria gerado como objeto intencional no domínio do agir, como imagem do conjunto de objetos aos quais as representações perceptivas e enativas referir-se-iam. Aponta os arcos reentrantes que existem na própria periferia do sistema nervoso - como no caso dos fusos musculares, cujas aferências propioceptivas fornecem informação dinâmica sobre o estado de contração das fibras adjacentes, ou da musculatura intrínseca ocular, que modulam as características da visão em tempo real - que podem ter um efeito fenomênico análogo, como se sinais fossem realmente projetados a regiões distais do espaço egocêntrico. Deste modo, configuram processos psicofísicos, que se movem do centro para a periferia e sua interface com o mundo externo ao organismo, responsáveis pela instanciação do sentir. Sob este ângulo, pode ser inferida alguma autonomia de fases não-conceituais no processo consciente, e os sentidos de self e de mundo teriam alguma independência de apreensões conceituais: ainda que sejam elicitadas *a posteriori*, poderiam não estar conscientes durante a experiência da projeção.

Nas abordagens cognitivistas, considerando os argumentos sobre pensamento de elevada ordem, considera-se que os processos responsáveis pelos sentidos de self e de mundo dependem necessariamente de apreensões conceituais. Argumenta-se que a atividade de 'estar consciente de algo' demanda algum grau de conceitualização, porém são deste excluídos os processos

emocionais. Nessa corrente, a consciência de um estado mental depende ou de ‘*inner sense*’, ou de pensamento conceitual, e defende-se que o humano não está perceptualmente ciente (‘*aware*’) de pensamentos, sentimentos e sensações, mas se torna consciente por ter pensamentos sobre estes. Desta forma, “toda representação mental, suportada por diferentes partes do sistema nervoso, depende da atividade pensante conceitual para tornar-se efetivamente consciente” (PEREIRA JR, 2018, p.220, tradução nossa). O autor arrisca uma possível saída para o dilema cognitivista, que se apresenta nas neurociências afetiva e enativa, apontando existência de experiências não-conceituais de sentir e agir. Defende que o processo projetivo ocorra como forma de consciência não-conceitual, ainda que estágios conceituais possam influenciar representações de experiências ocorridas previamente.

Delineia um núcleo referencial para o conceito de consciência, sendo esta um processo que ocorre em um sujeito - um indivíduo vivo (‘*living*’). O sujeito tem uma experiência, na qual interage com seu ambiente, em ciclos de ação-percepção, derivando desta conteúdo informacional reportável. Partindo deste, busca investigar a estrutura dinâmica de seu fluxo, tendo em vista os diferentes graus de consciência em que a atividade mental pode ocorrer. Tomando o ‘sentir’ como epicentro da atividade consciente, propõe que o grau de autoconsciência de um sujeito seja proporcional às flutuações entre os níveis de abstratividade da atividade mental, passando, assim, por diferentes fases desta. Esboça três camadas de atividades: (1) categoriza como inconscientes os processos que suportam os fenômenos conscientes, sem apresentar conteúdo que o seja; (2) atividades conscientes não conceituais aproximam-se da dimensão do ‘sentir’, que não pode ser capturada por processos racionais, senão na forma de metáforas e analogias⁵; e (3) as atividades conscientes conceituais, por sua vez, abrangem as formas mentais que são instanciadas mentalmente produzindo significado, com estrutura lógica ou linguística. Observando as flutuações entre as duas últimas camadas, o autor esboça algumas fases da atividade consciente, baseadas em funções assumidas - sentiência, interpretação, automatização, pensamento, intuição e volição - e que se alternam em graus de conceitualidade; a transição entre as diversas fases, em diferentes níveis de conceitualidade, promove expansão da autoconsciência. Embora o autor, nesse trabalho,

⁵ Coincidente com os níveis de abstração, em Bion (1962, 1963a, 1963b), de elementos beta, elementos alfa e pensamentos oníricos.

considere precoce defender esta proposta como alternativa ao dilema cognitivista, algumas considerações podem ser traçadas a partir desta revisão.

Mesmo o ECD sendo um domínio apresentacional, isto é, algo vivido no momento e interação específicos à experiência - ele contém representações, e o conteúdo destas é projetado, junto à informação sensorial, em direção ao objeto apreendido em seu espaço concreto; uma pessoa que vê um objeto projeta nele suas concepções e resultados de experiências prévias - possivelmente um electricista veja uma mesma lâmpada de forma muito distinta que um outro indivíduo leigo, por exemplo⁶. No item anterior deste trabalho, puderam-se observar as bases teóricas de ambos autores, Bion e Pereira Jr, que investigam a epistemologia dos fenômenos representacionais e seus processos cognitivos associados, necessários à experiência humana da realidade; por outro lado, observou-se também que todo fenômeno cognitivo, na experiência humana, é necessariamente uma derivação do sentir. Como aponta Damásio (2011), tal conclusão não é isolada à filosofia e à psicanálise, mas até mesmo muitas investigações neurocientíficas suportam a associação intrínseca entre o sentir e o pensar. Pereira Jr (2018), frente ao aparente conflito, faz uma observação aguçada: não só existem experiências conscientes que não são necessariamente conceituais, como há variações e flutuações no grau de conceitualidade de uma experiência, sendo tal flutuação, inclusive, fator determinante no desenvolvimento de autoconsciência.

Conforme revisado nos itens 4 e 5 do presente artigo, Bion também observa extensa variação no grau de abstração de um conteúdo pensado, que varia desde as experiências mais primitivas, típicas da psicose, nas quais não se diferencia em absoluto representação de realidade, até as formulações algébricas mais abstratas. Há visível compatibilidade com a formulação de Pereira Jr, de uma variação gradual de conceitualidade da experiência consciente. Observa-se variação ampla de formas mais abstratas do que as ditas ‘conceituais’, bem como de mais concretas, e todas são passíveis de impacto e transformação pelas experiências emocionais do sujeito. Na relação ‘x K y’, um dos fatores de suporte de uma abstração realizada é um sentimento de confiança desencadeado pelo sucesso da abstração em conseguir representar outras experiências semelhantes, qual seja, sua função pré-conceptiva. Esse sentimento também é atingido no compartilhamento social, ou publicação, em que a abstração pode ser testada em sua capacidade de representar experiências de sujeitos diferentes.

⁶ Vide também o conceito de função pré-conceptiva.

Ambos os sentidos de abstração, particular ou geral, facilitam a publicação e a análise de diferentes aspectos de um fenômeno: conteúdos menos abstratos, como mitos, fantasias, e até elementos alfa, se aproximam mais da vivência subjetiva da experiência emocional e dos aspectos mais concretos do objeto; generalizações, por outro lado, clarificam relações de articulação.

Quando um objeto de estudo envolve suas características vivas, não basta a formalidade de aproximar o sujeito da objetividade de instrumentos e máquinas, o que eleva a intensidade das inquietações e da necessidade de tolerância a frustrações. Não somente a variação de níveis de abstração é necessária, mas a atenção ao uso que é feito das mesmas, direcionado pelos princípios de prazer e de realidade. O produto das abstrações provê material que possa ser utilizado pré-conceptivamente no contato com as experiências emocionais, aguçando a atenção para os detalhes que se esperam ser nelas encontrados, e a concretização de experiências permite que se revisitem inquietações e questões que possam ser úteis em reformulações mais acuradas das abstrações, delineando, dinamicamente, um ponto de vista binocular. Quando o sujeito toma a si próprio como objeto, experiencia-se o senso de self, cuja representação pode se tornar cada vez mais acurada com sua realidade diante desse processo, progredindo o grau de autoconsciência; neste sentido, a base epistemológica do modelo de fluxo de consciência já está contida nas observações de Nagel, Velmans e Pereira Jr sobre a perspectiva de objetividade delineada no início do item 6. A transição investigativa - e não sob usos como resistência ou evasão - entre os extremos de abstratividade permite, assim, não apenas uma melhor acurácia do contato estabelecido com a realidade, ou do desenvolvimento da relação 'x K y', mas também induz um fenômeno de crescimento psíquico do sujeito (BION, 1962, 1963b).

8. Observações Finais

Neste artigo, foi abordado o conceito do conhecer em Bion, como uma relação entre sujeito e objeto, na qual o produto do conhecimento não é totalmente possuído por uma das partes, mas sim construído em processo de vir-a-ser. Sendo uma relação, implica também em uma experiência emocional, em todos os aspectos de sua vivência subjetiva, e especificamente em uma sorte de sentimento de inquietação, visto que o produto do conhecer nunca é final. Foram investigadas suas bases, na refutação dos cânones da indução lógica, e sua hipótese: instâncias de fenômenos induzem inquietações cujas questões demandam formulações gerais. A apreensão mais acurada da realidade requer, então, movimentos no sentido de abstração e

também de concretização, num fluxo de experiências, e uma postura de investigação e não de resistência, que pode ser reiterada em processos de publicação.

Foram também revisados o conceito de ECD, suas bases teóricas e epistemológicas, e a proposição associada do modelo de fluxo de consciência, a partir dos quais se estabeleceu diálogo com as bases e implicações da teoria sobre o conhecer na obra de Bion. A própria base epistemológica da teoria projetiva já enseja não somente o conceito de ECD, tendo o fenômeno ampliado do sentir como seu epicentro, como também o modelo do fluxo de consciência, vez que delinea a necessidade de flutuações entre movimentos de abstração com constrição metodológica e de testagem empírica de respostas, em um acordo intersubjetivo, para se atingir perspectiva objetiva; se o sujeito toma a si próprio também como objeto, numa projeção de senso de self, tais movimentos lhe permitem uma aproximação mais acurada de sua própria realidade, ou autoconsciência. A teoria do pensar em Bion permite aprofundar que não somente a validação social da publicação é necessária ao conhecer, mas, mais minuciosamente, a investigação do uso que se faz das experiências; um grupo social pode decidir como conveniente crer que a terra é plana, ou que uma epidemia não existe, sem que isso seja prova de realidade, mas apenas resistências para aliviar inquietações.

Apesar do entendimento de Pereira Jr (2018) de que seria ainda precipitado defender o modelo de fluxo de consciência como saída para o dilema cognitivista, a presente revisão pôde demonstrar que o modelo é coerente com suas bases epistemológicas, e que há profundo diálogo com a investigação de Bion sobre o conhecer, na psicanálise. Neste diálogo, surgem ensejos para novas e mais detalhadas investigações, como sobre o ponto de vista ‘binocular’, a teoria sobre o pensar, fenômenos ditos ‘inconscientes’ e outros, que podem se mostrar úteis para o enriquecimento de ambas linhas teóricas.

REFERÊNCIAS

- BION, W. R. (1962). *Learning from Experience*. London: Karnac, 2007.
- BION, W. R. (1963a). *A Grade*. In: _____. *Domesticando Pensamentos Selvagens*. São Paulo: Blucher, 2016.
- BION, W. R. (1963b). *Elements of Psychoanalysis*. London: Karnac, 2005.
- BION, W. R. (1979). *Cogitations*. *Complete Works*, vol. 11. New York: Routledge, 2018.
- BRADLEY, F. H. (1883). *The Inductive Methods of Proof*. In _____. *The principles of logic*, Vol 1. Oxford: Oxford U Press, 1963.
- DAMÁSIO, A. R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

- DETRREGIACHI, E. *A Grade de Bion: Caracterização e Expansões*. Ribeirão Preto: Instituto de Estudos Psicanalíticos de Ribeirão Preto, 2018.
- FREUD, S. (1900). *A Interpretação dos Sonhos*. In: _____. *Obras completas* (Vol. 4 e 5). Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- FREUD, S. (1911). *Formulações sobre dois Princípios do Funcionamento Psíquico*. In: _____. *Obras completas* (vol. 10, pp. 81-91). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- NAGEL, Thomas, *What is it like to be a bat?* In CHALMERS, D. J. (Ed.) *Philosophy of mind*. Classical and contemporary readings. Oxford: Oxford University Press, p. 219-226, 2002.
- NAGEL, Thomas. *The Philosophical Review*. *What is it Like to Be a Bat*, p. 435-450, 1974.
- PEREIRA JR, A. *The Projective Theory of Consciousness*. *Trans/Form/Ação*, v. 41, p.199-232, 2018.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. N. Y.: Barnes e Noble, 1950.
- SANDLER, P. C. *The Origins of Bion's Work*. *International Journal of Psychoanalysis*. v. 87, n.1, p 179 - 201, 2006.
- VELMANS, M. *Reflexive monism: psychophysical relations among mind, matter and consciousness*. *Journal of Consciousness Studies*, v. 19, n. 9-10, p. 143-165, 2012.

FLOW OF CONSCIOUSNESS AND KNOWING: A DIALOGUE BETWEEN PROJECTIVE THEORY AND THE K LINK IN BION

Abstract

In the presentation of the concept of the extended domain of consciousness, in the field of projective theory, and proposing the model of flow of consciousness, Pereira Jr (2018) shows an opportunity for dialogue with other lines of study on consciousness, including psychoanalysis. This work investigates the bases and theories of the psychoanalyst Wilfred Bion about knowing, his foundations in the refutation of the canons of logical induction, and the characteristics of this phenomenon as a relationship and emotional experience of a living subject. The epistemological derivatives on this theorization are reviewed, involving the variations and fluctuations in the level of abstraction of the formulations, necessary to approach reality. Then, a review is made of the concept of extended conscious domain, its theoretical and epistemological bases in the projective theory of consciousness, and the model of flow of consciousness proposed to observe the variation in the degree of self-awareness. During this review, a dialogue with the investigation of psychoanalytic theory presented is ensured, reiterating and enriching the bases for the flow of consciousness model.

Keywords: Projection, Consciousness, Flow, Knowing, Psychoanalysis.